

# Juventude, sexualidade, religião: questões atuais de pesquisa no campo do HIV/Aids

**Youth, sexuality, religion: current research issues in the field of HIV/Aids**

**Juventud, sexualidad, religión: temas de investigación actuales en el campo del VIH/Sida**

**Claudia Mercedes Mora Cárdenas<sup>(a)</sup>**

<claudiamoraca@gmail.com> 

**Ivia Maksud<sup>(b)</sup>**

<iviamaksud@gmail.com> 

<sup>(a)</sup> Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Bloco D, 7º andar. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 20550-013.

<sup>(b)</sup> Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança, da Mulher e do Adolescente, Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

O artigo de Paiva, Antunes e Sanchez nos convida ao debate sobre educação sexual nas escolas em um momento de recrudescimento da epidemia entre os jovens e apresenta um instigante conjunto de dados sobre sexualidade e práticas sexuais e religiosas entre esse segmento populacional<sup>1</sup>. Tais dados resultam de uma pesquisa avaliativa sobre prevenção de IST/Aids e gravidez não planejada em escolas do Distrito Federal e de São Paulo em 2013. O estudo se ancora na abordagem Multicultural dos Direitos Humanos<sup>2</sup>, que visa à interação entre comunidade escolar e especialistas, respeitando a diversidade dos pontos de vista de territórios, grupos e atores.

De início, os autores fazem uma breve digressão sobre a epidemia de HIV/AIDS no Brasil, chamando atenção para a capacidade operativa de conceitos como o gênero como aliado ao trabalho de prevenção. O exame que tecem sobre as narrativas governamentais sugere um progressivo retrocesso nas ações de prevenção desde 2012, com destaque para a autocensura nas escolas e outras barreiras no acesso à educação preventiva.

O texto sugere convergências entre o período atual e as décadas da ditadura cívico-militar no que diz respeito ao cerceamento da educação sexual pelos governantes. De fato, a partir das eleições presidenciais de 2018, multiplicam-se narrativas que confrontam os direitos humanos, a educação e a laicidade do Estado, referenciais importantes para a construção da resposta brasileira ao HIV. Uma das premissas em voga é a de que a suposta "ideologia de gênero" é impingida nas escolas, e que, portanto, suas práticas e discursos ameaçariam uma ordem familiar e moral tida como única e hegemônica<sup>3,4</sup>. A força dessas narrativas diz respeito à ação dos setores evangélicos, que tende a ser mais orgânica no governo atual do que nos governos anteriores, atualmente composto por 84 deputados federais e sete senadores. Nas eleições, o atual presidente encampou uma pauta de costumes extremamente conservadores, articulando-se, de um lado, com uma base parlamentar evangélica e, de outro, com os eleitores cristãos<sup>5</sup>. Assim, o texto que temos em mãos oferece elementos para refletir acerca do debate entre ciência e religião, haja vista a retórica atual contra as evidências e explicações científicas como estratégia de negação de determinados "problemas sociais".

Um dos argumentos centrais do texto é que "a discussão sobre prevenção e desigualdade de gênero nas escolas é essencial para garantir proteção eficaz contra a infecção por HIV/IST e gravidez indesejada entre adolescentes"<sup>1</sup> (p. 10). A tese se alicerça na premissa ético-política do "direito à prevenção", que diz respeito à necessidade de dar continuidade às estratégias desenvolvidas nas últimas três décadas, particularmente aquelas que articulavam os setores saúde e educação com foco nos jovens e adolescentes. Na década de 1990, tais iniciativas abordaram aspectos pontuais como a transmissão de IST/HIV, gravidez precoce e uso de drogas, mas com a ampliação nacional do Programa Saúde e Prevenção nas Escolas, após 2005 (por meio da parceria do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação), a diversidade sexual e a violência foram incorporadas. Além disso, na década mais recente, diretrizes da saúde e da educação contribuíram para consolidar a promoção no espaço escolar dos direitos humanos com ênfase em gênero, raça e orientação sexual<sup>6</sup>. A sexualidade adolescente não esteve isenta de tensionamentos e contradições ao longo da trajetória dessas políticas, mas observamos que atualmente elas ganham relevância estratégica em função de um suposto projeto de sociedade. Eis assim como o Projeto Escola sem Homofobia (2011), sua censura e posterior tergiversação na arena política simbolizam o mais significativo pânico moral no marco da "guinada conservadora" no Brasil. Observamos, pois, a consolidação de uma retórica que posiciona crianças e adolescentes no cerne das disputas em detrimento de ações que garantam seus direitos<sup>7</sup>.

Para interpretar melhor os contextos em que se articulam sexualidade, adolescência e prática religiosa, precisamos compreender os significados relativos à própria diversidade contida nas experiências religiosas – ilustrados pelas diversas denominações correspondentes às igrejas evangélicas hoje no Brasil. Os autores mostram com propriedade que o plano da adesão religiosa seria consistente (em parte) com práticas como o adiamento da primeira relação sexual, enquanto a aceitabilidade de programas de educação sexual na escola tende a ser consensual e indistinto da filiação religiosa.

Os alunos que compõem o grupo estudado tinham aproximadamente 17 anos e eram em sua maioria mulheres, autodeclaradas pardas, e majoritariamente cristãs praticantes, sendo 42% católicas e 36,9% evangélicas/protestantes. Os dados relativos à religião e religiosidade sugerem o grau de influência das práticas religiosas nas opiniões relativas à iniciação sexual, fidelidade, masturbação e homossexualidade. Por exemplo, o adiamento das relações sexuais até o casamento é constatado como um valor principalmente entre evangélicos e católicos; no momento da pesquisa, 53,5% dos entrevistados já tinha atividade sexual, sendo a maioria jovens com filiação religiosa tida como “mais progressista”, segundo os autores do artigo. Em relação ao uso de preservativos na primeira relação sexual, 69,2% disseram tê-los utilizado e tinham mais chance de usá-los aqueles jovens que achavam que deviam receber informação sobre o preservativo na escola. Consistente com o dado anterior, o uso do preservativo nos últimos 12 meses foi de 71,7%, contudo, a análise anuncia uma maior propensão ao uso entre os moços em contraste a uma menor oferta e uso entre as moças. Esses dados nos convidam a examinar as relações entre valores e práticas e suas consequências em termos da reprodução de desigualdades de gênero no acesso a meios de prevenção.

Outro achado instigador do artigo diz respeito à aceitabilidade da educação sexual na escola por parte dos pais, indistintamente da religião. O apoio dos próprios jovens à educação sexual também pode ser ilustrado, haja vista a concordância maciça ao acesso dos preservativos na escola (90,3%), independentemente de terem ou não vida sexual. Se esses praticantes religiosos reconhecem o valor e pertinência da educação sexual, contrário a seus supostos representantes na esfera pública, será possível reestabelecer o diálogo intersetorial entre educação, saúde, conselho tutelar, assistência social e programas para a juventude? É viável compor um entendimento sobre o que é gênero, como sugerem Butler e Bruno<sup>3</sup>? Não sucumbir às generalizações acerca dos setores religiosos, e sim reconhecer as redes de jovens cristãos e evangélicos de cunho progressista<sup>7</sup>, pode ser um caminho produtivo para idealizar tais repactuações. Precisamos estar atentos, por exemplo, à perspectiva de grupos como os “Evangelixs-juntos pela diversidade” acerca da pauta dos direitos sexuais e reprodutivos. Compreender a perspectiva desses grupos contra-hegemônicos, por outro lado, não significa deixar de considerar os complexos desafios que se antepõem à cruzada religiosa, como a persistência de valores que apostam na ideia de “cura divina” face ao uso de medicamentos antirretrovirais para o controle da doença, por exemplo, entre alguns soropositivos religiosos<sup>8</sup>.

Como o texto refere-se ao contexto da Prevenção Combinada (PC), teria sido oportuno conhecer o que os estudantes pensam a respeito das tecnologias biomédicas, como a PeP e a PreP, além das opiniões sobre a camisinha, bem demonstradas no texto. É válido inclusive questionar a sustentabilidade da PC na

ausência de uma sólida "combinação" de estratégias e de princípios ético-políticos, incluindo a repactuação entre governo e sociedade civil. Pensando desde um diálogo intersetorial, também seria oportuno salientar as lacunas na produção de conhecimento relativo a adolescentes/jovens que se infectaram com o vírus HIV por exposição sexual, assim como discutir o pouco acesso dos jovens aos serviços de saúde, para além da obtenção do preservativo, e, especificamente a atenção e o cuidado ofertados pelos serviços e profissionais de saúde. O texto nos oferece novas questões, quiçá para uma agenda de pesquisa, como o impacto das redes sociais na reconfiguração da socialização sexual de adolescentes e jovens, disputando narrativas com outras fontes socializadoras, como a própria escola, família e religião.

A potência da discussão apresentada por Paiva, Antunes e Sanchez recai sobre as instigadoras perguntas acerca dos efeitos do cerceamento de programas que viabilizavam a perspectiva da prevenção baseada nos direitos humanos no espaço escolar, o chamado ao resgate da memória e os atravessamentos de ordem geracional que marcam a resposta à Aids no Brasil. Decerto, a valorização e incluso adensamento de conceitos liminares à pesquisa sobre prevenção da Aids, construídos em tempos de redemocratização, são caminhos mais adequados e significativos tendo como horizonte a preservação dos direitos humanos e a cidadania. A premissa do "direito à prevenção" é sem dúvida cara aos tempos atuais, na medida em que promove a proposição de ações que os próprios cidadãos consideram necessárias, bem como a conciliação entre visões de mundo na busca das estratégias culturalmente mais significativas aos grupos sociais.

### Contribuições dos autores

Todos os autores participaram ativamente de todas as etapas de elaboração do manuscrito.

### Direitos autorais

Este artigo está licenciado sob a Licença Internacional Creative Commons 4.0, tipo BY ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)).





## Referências

1. Paiva V, Antunes MC, Sanchez MN. O direito à prevenção da aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. *Interface (Botucatu)*. Forthcoming 2019; 23:e180625.
2. Paiva V, Silva V. Facing negative reactions to sexuality to sexuality education through a Multicultural Human Rights framework. *Reprod Health Matters*. 2015; 23(46):96-106.
3. Butler J, Bruno MM. Conhecimento contra o medo [Internet]. 2019 [citado 4 Set 2019]. Disponível em: <http://www.reinodadesinformacao.com.br/cap-viii-entrevista-judith-butler/>
4. Agostini R, Rocha F, Melo E, Maksud I. A resposta brasileira ao HIV/AIDS em tempos de crise. *Cienc Saude Colet* [Internet]. 2019 [citado 4 Set 2019]; Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-resposta-brasileira-a-epidemia-de-hiv-aids-em-tempos-de-crise/17344?id=17344>
5. Almeida R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estud CEBRAP*. 2019; 38(1):185-213.
6. Carvalhaes R. Entre laços e nós: narrativas de violência nas relações afetivo-sexuais de adolescentes de uma escola na região Costa Verde (RJ) [Dissertação]. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2019.
7. Leite V. "Em defesa das crianças e da família": refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos "conservadores" em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sex Salud Soc (Rio J)*. 2019; (32):119-42.
8. Silva CO. "Deus rechaça o pecado, mas acolhe o pecador". *Religiosidade e HIV/AIDS: um estudo de caso sobre a resposta evangélica a epidemia em Recife* [Dissertação]. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco; 2011.

Submetido em 21/10/19.

Aprovado em 11/11/19.